



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato: 3221 6161

CLIPPING

ASSESSORIA DE IMPRENSA

15/03/2012



Veículo:	Diário Catarinense	
Editoria:	Moacir Pereira	Data: 15/3/2012
Assunto:	O piso e a carreira	Pág: 3

O piso e a carreira

A proposta que o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, apresentou a uma comissão de 16 professores do Sinte repete a mesma decisão do governo estadual adotada em 2011. Aplica a lei federal dos professores a todos os que ganham abaixo do valor do piso. Mas sem estendê-lo a carreira do magistério.

Há, contudo, novos fatos políticos que revelam posições diferenciadas nestes dois momentos distintos. O primeiro está na estratégia. Em 2011, o governo agiu na defensiva, sendo derrotado em cada etapa, sempre que questionado pelo magistério. Primeiro, negou o pagamento do piso, alegando que era remuneração e não vencimento básico, como definido na lei e referendado pelo Supremo. Depois, alegou que era indispensável a publicação do acórdão do STF. Capitulou! Agora, ao contrário, o governo assumiu a ofensiva, antecipando-se à assembleia dos professores com uma proposta formal de pagamento do piso.

Em segundo lugar, a nova política de comunicação, com a Secom levantando dados e encaminhando as informações relacionadas com os novos níveis salariais, distribuindo documentos, leis e tabelas, todos entregues após o encontro do Sinte com Deschamps.

E, terceiro, o nível dos encontros entre governo e Sinte. No ano passado, o secretário Marco Tebaldi entregou a tabela pronta, fechada, já com medida provisória assinada. Agora, Eduardo Deschamps ofereceu uma proposta e hoje aguardará a resposta oficial do sindicato. Há, assim, espaço para negociação.

No final da audiência, a reação dos dirigentes sindicais era de decepção. Como, se o governo anunciou o pagamento do novo piso de R\$ 1.451? É fácil explicar a frustração da diretoria do Sinte. A exemplo do que ocorreu no ano passado, haverá novo achatamento na tabela salarial do magistério.

A CARREIRA

– A proposta destrói o resto que a carreira tem de positivo – lamentou um professor, observando que mestres com pós-graduação e 20 anos de atividade receberão pouco mais do que ACTs, estagiários, sem experiência.

Deschamps admitiu que o pagamento do piso realmente comprime a carreira, mas afirmou que este é um problema nacional, que se repetirá em todos os estados e municípios, convencido de que a lei federal não obriga os entes federativos a aplicar o piso na carreira. Interpretação que é contestada pelo Sinte.

Raimundo Colombo, segundo Deschamps, está consciente da dura realidade, mas argumenta que as finanças do Estado impedem a aplicação imediata do piso em toda a tabela salarial. Propôs, por isso, o reajuste dos 22%, em 2013 e 2014, em parcelas a serem negociadas. Descontados, naturalmente, os 8% que estão sendo creditados este ano a todos.

O novo piso vai beneficiar 30 mil professores, entre ativos e aposentados, informa a Secretaria da Educação. Para os que tinham os piores salários em janeiro de 2011, os ganhos reais chegarão a 94%, o que representa uma melhoria significativa. O problema, contudo, permanece no achatamento da carreira.

Os ACTs estão entre os principais beneficiados com o novo piso, uma circunstância que poderá fragilizar o movimento na assembleia estadual marcada para hoje, às 14h, no Centro Sul. Ou provocar divisão no comando do Sinte, rachado desde a última greve, entre três correntes partidárias e ideológicas distintas.

O que será decidido na assembleia do magistério vai depender da origem geográfica das delegações presentes, de sua representatividade numérica e, sobretudo, das propostas que serão votadas pelos professores.



Veículo:	Diário Catarinense	
Editoria:	Roberto Azevedo	Data: 15/3/2012
Assunto:	O piso	Pág: 8

Piso (1)

A sociedade está diante de mais uma negociação entre a Secretaria da Educação e o Sinte ou mais um embate de posições predefinidas que não terão outro desfecho se não a greve?

A pergunta fica evidente a partir da proposta do Estado, apresentada pelo secretário Eduardo Deschamps (Educação), que pretende pagar os R\$ 1.451 do novo piso nacional do magistério a 30 mil professores da rede estadual, que percebem abaixo do valor. Este contingente é metade do quadro funcional da rede pública.

Piso (2)

Pela proposta do governo, os demais professores receberam os 8% de reajuste, já garantidos, e os 14% restantes parcelados em dois anos. Deschamps afirma que é uma sugestão para começar a conversa, mesmo ao admitir que provocará achatamentos na carreira.

O Sinte não gostou e também insiste em outro ponto, o pagamento da hora-atividade. Deschamps responde que o entendimento dos estados é que o pagamento das horas é feito quando transformado em minutos. Que se privilegie a negociação e não a radicalização para os dois lados. A sociedade agradece.



Veículo:	Diário Catarinense	
Editoria:	Geral	Data: 15/3/2012
Assunto:	Professores avaliam o piso	Pág: 26

DEBATE NA EDUCAÇÃO

Professores avaliam o piso

Governo do Estado apresentou ontem a proposta salarial que a categoria vai decidir, hoje, às 14h em assembleia na Capital

Os professores da rede estadual analisam, hoje, em assembleia em Florianópolis, a proposta salarial apresentada, ontem, pelo governo. Nela, o Estado cumpre a lei nacional do piso, pagando os R\$ 1.451 – valor após o reajuste de 22,22% – para os cerca de 30 mil docentes que ainda não recebiam isso no salário-base. Aos outros 30 mil professores, o governo se comprometeu a repassar o mesmo percentual de aumento, parcelado nos próximos dois anos.

Os R\$ 1.451 seriam pagos a partir deste mês. Como o pagamento precisa ser retroativo a janeiro, quando o aumento do piso deve ser repassado, o aumento dos dois primeiros meses do ano será repassado em julho e em setembro.

O secretário da Educação, Eduardo Deschamps, admite que a proposta não é a ideal, porque achata ainda mais o plano de carreira do magistério, que já foi alterado no ano passado. Isso significa que as diferenças salariais entre os níveis de formação – médio, graduado e doutorado – vão ficando menores, porque o aumento é dado principalmente aos profissionais com menor qualificação.

Enquanto um professor de nível médio passa a receber R\$ 1.451 no vencimento, nesta proposta, um licenciado continua ganhando R\$ 1.545. Para amenizar isso, o governo se comprometeu a dar o reajuste de 22,22% aos demais docentes de maneira parcelada, uma parte em 2013 e a outra em 2014. Em 2012, todos receberam 8% de aumento – 4%

em janeiro e a outra metade virá em maio. A ideia é discutir a maneira de parcelamento em uma mesa de negociações, que começaria a se reunir em 5 de abril, concluindo a discussão em dois meses. Também seria debatida a recomposição do plano de carreira do magistério.

– Estamos sinalizando fortemente que o governo quer aplicar para toda a categoria os 22,22%, apesar de não precisar, do ponto de vista legal. Nós continuamos abertos à negociação e às conversas – afirma Deschamps.

Impacto de R\$ 442 milhões por ano na folha do Estado

O governo alega que não pode repassar o aumento a toda categoria, porque geraria um impacto de R\$ 442 milhões por ano, comprometendo com salários todo o recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvi-

mento da Educação Básica (Fundeb), que deve ser investindo apenas em educação. Hoje, 80% do fundo já são gastos com pagamento de pessoal.

– Eles eram de 65% no ano passado. Se aplicássemos para toda carreira, o gastos comprometeriam mais do que 90% – diz.

A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação* (Sinte), Alvetete Bedin, considera a proposta do governo um absurdo.

– Saímos muito chocados. Ela será rejeitada. Pedimos os 22,22% para toda a carreira. Mais uma vez tivemos nossa tabela achatada. Ela não valoriza a formação de mestrado e doutorado – ressalta Alvetete.

A assembleia, que pode votar pelo retorno à greve, está marcada para às 14h, no CentroSul. Depois haverá uma passeata pelo Centro.

julia.antunes@diario.com.br

Outros pontos

- Sobre a hora-atividade**, prevista na lei do piso, o governo afirma que já cumpre. De acordo com o Secretário da Educação, Eduardo Deschamps, a legislação fala que o professor deve ter dois terços da carga-horária com aluno e o restante para correção de trabalhos, provas e preparação de aula. Em SC, o docente fica 60% da carga com os estudantes.
- Compromisso com a qualidade de ensino**, estabelecendo metas de desempenho nas escolas, para que índices não fiquem estacionados
- Redução de faltas** no magistério
- Gestão eficiente** de pessoal e recursos, para diminuir contratação de professores temporários e aumentar os rendimentos financeiros

A PROPOSTA

SOBRE O CUMPRIMENTO DA LEI

O governo se propõe a pagar o novo valor do piso de

R\$ 1.451

para todos os cerca de 30 mil professores que ainda não recebiam essa quantia no salário-base.

O impacto será de

R\$ 6 milhões

mensais a mais

Dessa maneira, afirma que cumpre a legislação federal, que não esclarece que o reajuste deve ser repassado a todos os outros professores

COMO FICAM OS OUTROS PROFESSORES?

O governo se compromete a repassar o reajuste de

22,22%

Ja foram pagos em 2012

8%

dados em janeiro

4%

Serão dados de maneira parcelada. Uma em 2013 e a outra em 2014.

POR QUE NÃO DÁ O REAJUSTE DE 22,22% A TODOS OS DOCENTES?

Alega que o impacto seria muito grande

Impacto no orçamento anual para a educação

R\$ 3,4 bilhões

Folha de pagamento

Com o reajuste de 22,22%

R\$ 3,4 bilhões

Folha de pagamento.

RS 2.442 bilhões

442 milhões a mais neste ano, levando em conta o 13*

COMO FICAM OS SALÁRIOS BASE* DOS PROFESSORES?

	Como era antes da greve	Como ficou depois	Com os 4%	Com a nova proposta	Nível na tabela do magistério
Magistério de 2º grau	R\$ 609	R\$ 1.187	R\$ 1.234,148	R\$ 1.451**	1
Licenciatura Plena	R\$ 1.077,42	R\$ 1.486,11	R\$ 1.545,55	R\$ 1.545,55	8
Pós-graduação	R\$ 1.267	R\$ 1.723,43	R\$ 1.792,36	R\$ 1.792,36	10

*sobre esse valor ainda tem regência de classe (40 ou 25%) - auxílio alimentação - o reajuste de 4% a ser repassado em maio
** não ganham reajuste de 1% em maio porque já ficou garantido neste aumento apresentado pelo governo



Veículo:	Diário Catarinense	
Editoria:	Geral	Data: 15/3/2012
Assunto:	Ministro defende reajustes	Pág: 26

Ministro defende reajuste

Brasília

Em audiência, na manhã de ontem, na Câmara dos Deputados, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, voltou a defender o reajuste do piso salarial nacional dos professores.

Alguns Estados, no entanto, alegam que não têm como garantir o pagamento do novo piso por falta de recursos ou pelo aumento da folha. Até o final desta semana, professores organizam paralisações para pedir o cumprimento da lei.

– É evidente que é um reajuste forte, mas é um reajuste dado. (...) Nós podemos pensar novos mecanismos de reajuste, mas tem que ser um reajuste que assegure o crescimento real do piso – afirmou Mercadante.

Um projeto de lei que tramita na Câmara prevê a troca do índice de correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que fechou o ano em 6,98%. O reajuste é baseado atualmente no valor gasto por aluno no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

O ministro reforçou o pedido para votação do Plano Nacional de Educação (PNE) ainda neste semestre.

– Quanto mais próximo da eleição, mais difícil será a pauta legislativa – avaliou Mercadante.

Relator da proposta na Casa, o deputado federal Angelo Vanhoni (PT-PR) reconheceu que “se nós não votarmos o PNE até o mês de abril e maio, nós não vamos votar na Câmara dos Deputados neste ano”.

A principal divergência entre governo federal e os deputados federais se refere ao percentual do Produto Interno Bruto que deve ser investido em educação.

O governo apresentou um índice de 7% do PIB, enquanto diversas emendas demandam 10%.

Entusiasta do uso da tecnologia na educação, Mercadante ainda defendeu mais uma vez o uso de tablets por professores. O MEC gastará cerca de R\$ 110 milhões na compra dos aparelhos.

– Nem todos vão aprender (a usar o tablet), mas é um instrumento mais amigável, mais simples. (...) Nós vamos criar o apartheid digital no Brasil – disse o ministro.

– Se o professor dominar o processo, ele vai ter mais liderança em segurança. A tecnologia não é um fim em si mesmo. É um instrumento – avaliou Mercadante.



Mercadante

FOTO: APTRE DA CÂMARA



Veículo:	A Notícia	
Editoria:	Opinião do Grupo RBS	Data: 15/3/2012
Assunto:	O piso dos professores	Pág: 3

OPINIÃO DO GRUPO RBS

O piso dos professores

Professores da rede pública de ensino estão mobilizados até amanhã numa paralisação de três dias pelo pagamento imediato do piso nacional do magistério, votado pelo Congresso Nacional em 2008 e considerado legal pelo STF no ano passado. Nos cálculos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que convocou o protesto, nada menos de 17 Estados, incluindo os da região Sul, não pagam o piso. Os professores, obviamente, precisam ser mais bem remunerados, e o ministro Aloizio Mercadante, que elevou o valor para R\$ 1.451, reajustando-o em 22,22%, cumpre o seu papel ao defender o pagamento. Ainda assim, é importante discernir com objetividade – e de imediato – quais unidades da federação podem realmente pagar esse valor sem

comprometer ainda mais suas finanças e quais precisarão de algum tipo de ajuda federal.

Há quatro anos, quando a lei instituindo o piso entrou em vigor, entidades representativas dos Estados e municípios alegaram ser impossível arcar com o valor por absoluta insuficiência de recursos financeiros. Tanto o ex-ministro da Educação Tarso Genro, quanto o atual, Aloizio Mercadante, comprometeram-se em auxiliar governantes estaduais e municipais às voltas com dificuldades de caixa. Até hoje, a ajuda não se concretizou.

Inegavelmente, os professores merecem o que estão pleiteando, mas, em muitos casos, precisam abrir mão de planos de carreira obsoletos e se adaptar a modernos métodos de gestão, incluindo-se aí a meritocracia.



Veículo: A Notícia	
Editoria: AN.estado	Data: 15/3/2012
Assunto: Professores analisam proposta	Pág: 12

Educação

Professores analisam proposta

Governo adota piso nacional e oferece R\$ 1.451 para 30 mil docentes

Os professores da rede estadual analisam hoje, em assembleia em Florianópolis, a proposta salarial apresentada ontem pelo governo. Nela, o Estado cumpre a lei nacional do piso, pagando os R\$ 1.451 – valor após o reajuste de

22,22% – para os cerca de 30 mil docentes que ainda não recebiam isso no salário-base. Aos outros 30 mil, o governo se comprometeu a repassar o mesmo percentual de aumento, parcelado nos próximos dois anos.

Os R\$ 1.451 seriam pagos a partir deste mês. Como o pagamento precisa ser retroativo a janeiro, quando o aumento do piso deve ser repassado, o aumento dos dois primeiros meses do ano será em julho e setembro.

O secretário da Educação,

Eduardo Deschamps, admite que a proposta não é a ideal, porque achata ainda mais o plano de carreira do magistério, que já foi alterado no ano passado. Isso significa que as diferenças salariais entre os níveis de formação – médio, graduado e doutorado – vão ficando menores, porque o aumento é dado principalmente aos profissionais com menor qualificação.

Enquanto um professor de nível médio passa a receber R\$ 1.451, nesta proposta, um licenciado continua ganhando R\$ 1.545.

Para amenizar isso, o governo se comprometeu a dar o reajuste de 22,22% aos demais docentes de maneira parcelada, uma parte em 2013 e a outra em 2014. Em 2012, todos receberão 8% de aumento – 4% em janeiro e a outra metade em maio. A ideia é discutir o parcelamento em uma negociação, que começaria em 5 de abril.

“Estamos sinalizando fortemente que o governo quer aplicar para toda a categoria os 22,22%, apesar de não precisar do ponto de vista legal. Nós continuamos

abertos à negociação e às conversas”, ressaltou Deschamps.

Segundo o Sinte, um grupo de professores de Joinville deve participar das manifestações em Florianópolis hoje pela manhã. Em algumas escolas, haverá o apoio de servidores, pais e alunos. Além de discutir o problema, eles devem acompanhar as discussões em nível estadual e nacional durante todo o dia.

Em quase todo o Brasil, professores se mobilizam pelo aumento nacional do piso.



Veículo:	Notícias do Dia	
Editoria:	Paulo Alceu	Data: 15/3/2012
Assunto:	Clima ruim	Pág: 2

Clima ruim

Os representantes do Sinte não gostaram nada da proposta que foi colocada na mesa de negociação durante reunião ontem com o secretário de Educação, Eduardo Deschamps. Piso alcançará quem ganha menos do que R\$ 1.451,00. Será pago retroativo a janeiro, mas em duas parcelas: julho e setembro. E os professores que ganham mais? Negociação para 2013. O governo deixa claro que estará cumprindo com o piso. Ou seja, ninguém ganhará menos do que foi estipulado pelo Ministério da Educação, mas os que recebem salários superiores não serão beneficiados com os 22%. E isso provocou uma espécie de decepção e irritação. As conversas estão abertas, na esperança que os alunos não sejam punidos com mais uma greve.



O ensino integral que começa a ser estimulado pelo governo do Estado vem recebendo críticas, pois não há estrutura adequada para sua aplicação, prejudicando os alunos.



Veículo:	Notícias do Dia	
Editoria:	Cidade	Data: 15/3/2012
Assunto:	Estado propõe piso em março	Pág: 4

Estado propõe piso em março

Assembleia. Professores param para avaliar a proposta. Não haverá aula hoje

FLORIANÓPOLIS — A Secretaria de Estado da Educação apresentou ontem ao Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), proposta de implantação do piso de R\$ 1.450,87 já no mês de março para todos os professores que recebem salário-base abaixo desse valor. Professores da rede estadual de Santa Catarina paralisam as atividades hoje para uma assembleia, no Centro Sul, em Florianópolis, a partir das 14h, que deve decidir se aceitam ou não a proposta. O Sinte adianta que pode haver greve, já que as reivindicações não foram atendidas. Entre os pedidos está o pagamento do piso da categoria considerando os níveis de carreira.

O novo vencimento será utilizado como base de cálculo para todas as vantagens que complementam o salário básico dos professores. O reajuste dos pagamentos de janeiro e fevereiro, que tiveram como base o piso antigo, será realizado em duas parcelas já definidas: uma em julho e a outra em setembro.

Os professores que recebem acima do piso terão o aumento, que complementará os 22,22% de reajuste, em três parcelas anuais. A primeira em 2012, no percentual de 8%, e as demais nos próximos dois anos. "Não serão apenas os profissionais em início de carreira os beneficiados. Pensando na melhoria salarial de toda a categoria, apesar das dificuldades financeiras, o Governo vai estender o reajuste para todo o Magistério", declarou o secretário da Educação, Eduardo Deschamps.

O secretário lembrou que este ano todos os professores já receberam aumento de 4% na folha de pagamento de janeiro e vão ganhar outros 4% em maio.

Assim sendo, os 14,22% restantes serão concedidos em outras parcelas a serem negociadas. A proposta apresentada foi de pagamento do reajuste em 2013 e 2014, bem como a reestruturação do Plano de Carreira do Magistério Público Estadual.

Desde que o reajuste salarial do piso nacional do Magistério foi anunciado no dia 27 de fevereiro pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o Governo de Santa Catarina avalia a melhor forma de cumprir a legislação.



Veículo:	Notícias do Dia	
Editoria:	Cidade	Data: 15/3/2012
Assunto:	Sinte reclama de desvalorização	Pág: 4

Sinte reclama da desvalorização

De acordo com Anna Julia Rodrigues, secretária geral do Sinte, os profissionais que têm pós-graduação, mestrado e doutorado continuam não sendo valorizados pela proposta. Além disso, o governo descumpru a promessa que fez no ano passado, no fim da greve de 62 dias da categoria, de pagar o reajuste do piso em janeiro de acordo com a carreira.

O secretário estadual de educação, Eduardo Deschamps, garantiu que o governo não tem recursos. "Para atender o que pedem, teríamos que acrescentar R\$ 400 milhões, retirados do Fundeb. Isso comprometeria o fundo e não teríamos como fazer manutenção nas escolas", esclareceu.



Veículo:	Notícias do Dia	
Editoria:	Cidade	Data: 15/3/2012
Assunto:	Mobilização nacional até sexta-feira	Pág: 4

Mobilização nacional até sexta-feira

O movimento dos professores de Santa Catarina faz parte de uma mobilização nacional. A greve na educação iniciou ontem em diversos Estados e deve durar até sexta-feira. Mas em Santa Catarina, poucos professores aderiram no primeiro dia. Hoje, no entanto, a expectativa do sindicato é que 90% das escolas fiquem sem aulas.

No ano passado, a rede estadual ficou parada de 18 de maio a 18 de julho. O grande pedido era a implantação do piso nacional definido pelo Ministério da Educação, de R\$ 1.187,08. A categoria pedia o reajuste retroativo, com o piso passando para R\$ 1.597,87, considerando a projeção de carreira em forma de vencimento, não gratificações.

Os professores retomaram às aulas depois da aprovação do projeto do governo que estipulou os vencimentos da classe para este ano.

O texto determinou que o magistério passasse a receber salários superiores ao piso nacional, mas, ao mesmo tempo, reduziu os percentuais de uma série de benefícios, como a regência de classe e o quinquênio.



Veículo:	Notícias do Dia	
Editoria:	Editorial	Data: 15/3/2012
Assunto:	A hora pede moderação	Pág: 6

A hora pede moderação

Perfeita na intenção, a determinação do pagamento do piso nacional de salários para os professores dos ensinos básico e fundamental esbarra em imensas dificuldades práticas de aplicação na maioria dos Estados. A razão é simples: não há de onde tirar o dinheiro necessário para conceder o reajuste previsto em lei e contemplar toda a categoria. Na essência, em Santa Catarina, por exemplo, o governo aplicou o piso aos docentes que recebiam abaixo dele, mas não conseguiu repassar o benefício proporcional a outras faixas salariais, pois isso provocaria um

impacto insuportável para os cofres públicos.

Por isso, e porque foi até o limite nas negociações da greve anterior, que durou mais de dois meses, é que o governo não merece ser afrontado por outra paralisação e pela interrupção das aulas um mês após a retomada das atividades letivas. A assembleia estadual programada para esta quinta-feira, em Florianópolis, pode desencadear um novo período de confrontos que só tem a prejudicar os alunos, seus pais e o processo de aprendizado de uma geração que já sofre com a depauperação do

nível geral do ensino no País.

Pelas declarações feitas até agora, o governo reconhece a justiça da reivindicação dos mestres, mas vê-se impossibilitado de atender ao seu pleito. Se vem respeitando o cronograma de recomposição acordado no ano passado, não há razão para o Estado passar por nova provação por conta de uma postura radical que nem sempre representa o pensamento médio da categoria. O momento é de dar um voto de confiança ao governo, para que todos ganhem mais adiante, sobretudo os professores.



Veículo:	Notícias do Dia	
Editoria:	Geral	Data: 15/3/2012
Assunto:	Confronto entre polícia e professores municipais de São José	Pág: 19

Três sindicalistas detidos pela PM

Magistério. Manifestação por salários acaba em confronto entre professores e policiais militares

SÃO JOSÉ — Uma confusão entre professores e policiais militares durante manifestação do magistério em São José, na tarde de ontem, resultou na prisão de três diretores do Sintram (Sindicato dos Trabalhadores Municipais de São José). Segundo a presidente do Sintram, Jumeri Zanetti, após passeata e concentração em frente à prefeitura um dos diretores, Marcos Aurélio dos Santos, foi detido por desacato.

“Ele foi algemado, colocado na viatura e levou um tapa na cara”, contou Jumeri, que, dian-

te da situação, decidiu acompanhar os policiais à delegacia. “Fomos ofendidos verbalmente e o Marcos novamente agredido”. Na tentativa de impedir a ação dos policiais, o ex-presidente do Sintram, Valmor Paes da Silva, também foi detido.

O comandante do 7º Batalhão da Polícia Militar em São José, coronel Paulo Romualdo Weiss, informou que na tentativa de impedir a perturbação sonora do carro de som do sindicato houve ofensas aos policiais que teriam sido agredidos moralmente pelos manifestantes.

“Os policiais foram provocados”, relatou. Ele também confirmou que Valmor foi detido por tentativa de homicídio ao jogar o carro de som sobre policiais.

“É uma mentira”, contesta Jumeri, garantindo que os professores realizavam manifestação pacífica para entregar ofício e solicitar audiência com o prefeito. “Deliberamos por greve a partir do dia 21 de março, e vamos comunicar a decisão ao prefeito e secretário, pois não recebemos nenhum retorno à pauta de reivindicações encaminhada em fevereiro”, concluiu.